

A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA EM ELEIÇÕES & ORGANICIDADE EM POLÍTICA DE ESTADO

Foto: Márcio Santilli, no ISA



O presente trabalho Etnográfico: [A Participação Indígenas em Eleições](#) e [Organização em Política de Estado](#); se propõe a partir de dados extraídos do trabalho desenvolvido e disponibilizado por LACED/ Laboratório de Pesquisas Em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento; Setor de Etnologia e Etnografia do Departamento de Antropologia UFRJ/ MN: “[A antropologia e as práticas de poder no Brasil: Formação de Estado, políticas de governo, instituições e saberes científicos](#)”; Desafios Técnicos e Políticos no [Processo Eleitoral Brasileiro](#) disponibilizado em redes sócias. Analisar, contrapor e trazer novos argumentos a participação orgânica dos intelectuais indígenas no Jogo do Poder; na Política partidária; na Ocupação de [Espaços na Política de Estado a partir das Eleições de 2022](#); com a Criação do [Ministério dos Povos Originários](#) e Gestão administrativa do novo Ministério. Usaremos também como ferramenta: informativo de imprensa; e outros meios de análise para buscarmos compreender o momento histórico

Foto: DIDA SAMPAIO/AGÊNCIA ESTADO/AE



A [Participação dos Indígenas nas Eleições 2022](#) trouxeram no cenário nacional com a Eleição de Deputados Federais em Estados como: São Paulo e Minas Gerais, um novo horizonte para os povos Indígenas do Brasil. Nas palavras Introdutórias dos Estudos em Epígrafe das eleições de 2022: Os etnólogos: Ricardo Verdum; Bruno Pacheco de Oliveira e Antônio Carlos de Souza Lima no livro disponibilizado online; Sobre os Desafios Técnicos e Políticos no Processo Eleitoral Brasileiro: “Superando na pratica a prevalência da tradição colonial de gestão tutelar, não apenas sobre eles incidente, mas também generalizada para chamar de governo dos insuficientes”

DESAFIOS TÉCNICOS E POLÍTICOS NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO.

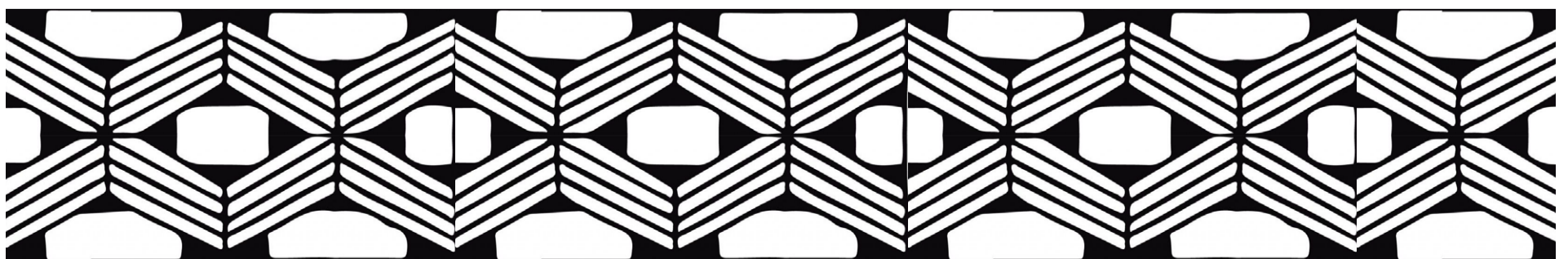


“Porém, como bem marca Cristiane Julião Pankararu (2022) sobre as Eleições 22. A mesma vai dizer que as práticas tutelares se reelaboraram em contexto de participação social, ganhando outra vida naquilo que chamou de “tutela contemporânea”. Segundo os interlocutores:

“Dois instrumentos jurídicos são fundamentais para se analisar o quadro referente aos povos indígenas no tocante à participação em eleições e à representação política no Poder Legislativo: o Estatuto do Índio ([Lei 6.001/1973](#)), ainda vigente, e a Constituição Federal de 1988”. Uma análise simplista diria que a Constituição revogou, em parte, o Estatuto do Índio e deu o direito pleno de participação política aos indígenas. Porém, o direito não é uma ciência exata e as consequências de uma lei sobre a sociedade dependem de uma trama complexa de meios, posições e interesses. A Constituição de 1988 concedeu, juridicamente, aos indígenas uma cidadania plena e aboliu a tutela, salvo em casos muito singulares, como os indígenas isolados”.

Com relação ao Jogo de Poder; Compra de Votos; Perpetuação de poder por parte das Oligarquias Dominantes no Cenário Político Eleitoral Brasileiro, assim descrevem:

[...]“Diversas localidades transformam-se em currais eleitorais de uma elite agrária corrupta, criminosa e, principalmente, anti-indígena, o que nunca é feito sem a adesão substancial de uma parte dos indígenas. Mesmo em estados e municípios com alto percentual de eleitores indígenas, é muito rara uma articulação dessa população em torno de um projeto de ocupação dos espaços de representação política definidos em pleitos eleitorais”. [...] “Transcorreram-se três décadas — desde 1988, quando os indígenas ganharam a condição legal de uma cidadania plena, até 2018, quando uma indígena, Joenia Batista de Carvalho Wapichana, elegeu-se pelo Partido Rede de Sustentabilidade (Rede) — para que uma indígena voltasse a ocupar uma cadeira na Câmara Federal.[...]“No pleito eleitoral de 2018, Sônia Bone de Souza Silva Santos, nome civil de Sônia Bone Guajajara, ocuparia a candidatura a vice-presidente da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Desde a década de 1990 até 2018, muitos/as indígenas apresentaram-se candidatos/as, mas, apesar de bem votados/as, não conseguiram se eleger, caso do candidato a deputado estadual Mario Wapichana, em Roraima (2014), que não foi eleito por cerca de 80 votos”. [...] “Os textos aqui coligidos — apresentados no grupo de trabalho “Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos poderes Executivo e Legislativo”, coordenado por Ricardo Verdum e Luís Roberto de Paula, contando com Antonio Carlos de Souza Lima como debatedor, no âmbito da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia — seguem numa direção (auto) etnográfica, mas focam nas experiências de mandatos ou campanhas de indígenas, combinando textos de autoras/es indígenas e não indígenas e abordagens mais gerais da participação indígena no pleito de 2022 e dos mecanismos institucionais para tanto em perspectiva nacional”.



O trabalho em forma de Ensaio traz também autores contemporâneos não indígenas e ativistas do movimento indígenas que contam suas vivências, práticas e dificuldades do cotidiano; da sua militância e organicidade; e que Gramsci vai chamar de Intelectual Orgânico. Dentre os relatos, destacamos entre eles: ANTONIO CARLOS DE SOUZA LIMA; BRAULINA BANIWA; BRUNO PACHECO DE OLIVEIRA; JOZILÉIA KAINGANG; KEILA GUAJAJARA; LUIS ROBERTO DE PAULA; PUYR TEMBÉ; RICARDO VERDUM; SAMARA PATAXÓ; e TERESA HARARI. Nas palavras dos protagonistas, coordenadores da Edição assim fecham a Introdução:

[...] “Os textos a seguir apontam para o futuro analisando um presente em curso, buscando de forma muito nítida avançar na compreensão desses processos para que movimentos de ruptura de processos de dominação e subjugamento ganhem força e que possamos caminhar de forma mais efetiva para novos cenários políticos, sociais e epistemológicos; a aqui uma agenda para a pesquisa e a intervenção qualificada com um largo escopo de trabalho a ser enfrentado”.

Foto: Inaê Brandão/G1 RR



Segundo o que nos disponibiliza na sua análise ‘Jogando Com as Identidades’ de LUIZ ROBERTO DE PAULA “UM [PERFIL MULTIDIMENSIONAL DAS CANDIDATURAS E DOS MANDATOS INDÍGENAS](#) CONQUISTADOS NAS ELEIÇÕES DE 2018 E 2022; E UMA TIPOLOGIA DE MODALIDADES DE LEGITIMIDADE INDÍGENA NA ARENA POLÍTICO-PARTIDÁRIA NACIONAL”. No primeiro turno houve ampla participação eleitoral nas Eleições o que envolveu 186 milhões de eleitores. Segundo o mesmo: Em 2022 foram conquistados nove mandatos por pessoas que se autodeclararam indígenas junto ao TSE: cinco deputados federais (dois por SP, dois por MG e um pelo AP), dois deputados estaduais (ES e RJ) e dois senadores (PI e RS). Dentre os indígenas de maior destaques:

[...] “Um candidato a governador — Jerônimo Rodrigues Souza (PT) — disputou e venceu o segundo turno das eleições no estado da Bahia, tornando-se o primeiro governador autodeclarado indígena junto ao TSE no Brasil; General Hamilton Mourão (REP-RS), eleito vice-presidente em 2018 pelo PRTB na chapa de Jair Bolsonaro e nestas eleições eleito senador pelos Republicanos no estado do Rio Grande do Sul; [...] “Nesse sentido, pode soar estranho que neste mesmo rol de “conquistas indígenas” apareçam nomes como os dos senadores Hamilton Mourão e Wellington Dias, dos deputados federais Paulo Guedes e Juliana Cardoso e dos estaduais Capitão Assunção e Amanda Branda Armelau.. Diferentemente destes últimos casos, a deputada federal eleita em 2022 pelo estado do Amapá Silvia Nobre Lopes, que se autodeclara indígena e assumiu o nome de urna como [“Silvia Waiãpi”](#).”

LEGITIMIDADE E IDENTIDADES ÉTNICAS

Ilustração: Ana Luiza Pips



Sobre a Legitimidade e Identidades Étnicas, o autor classifica em três preposições chaves para identificação do indígena:

[...] “1) que uma coletividade étnica (no caso, aquela considerada indígena) e os indivíduos que a ela pertencem são os formuladores exclusivos dos critérios que lhes conferem legitimidade identitária (ou seja, não é o fenótipo, “mixedblood”, o lugar de moradia, a ausência ou a presença de costumes culturais, uma língua original etc. que definem a condição indígena de um grupo ou de um indivíduo a ele pertencente); 2) que as coletividades étnicas, no caso indígenas, uma vez que comprovem sua continuidade histórica com populações

originárias pré-colombianas, podem reconstruir sua condição étnica a qualquer tempo, aumentando, assim, a quantidade de coletividades indígenas registradas em algum momento e por alguém na contabilidade étnica do país; 3) que a relação entre a coletividade étnica e os indivíduos que a ela pertencem é caminho necessariamente de mão-dupla: qualquer indivíduo pode autodeclarar-se como indígena desde que uma determinada coletividade étnica/indígena forneça legitimidade pública a essa autodeclaração, desculpem o pleonasma, individual”.

Para o autor: A primeira é aquela formada pelo universo de candidaturas e mandatos autodeclarados indígenas pelo postulante aos cargos eleitorais em disputa junto ao TSE; A segunda modalidade tem uma conexão com uma das centenas de coletividades indígenas existentes (atualmente) no país; Uma terceira modalidade de identificação indígena, que caracteriza um terceiro universo de candidaturas/mandatos indígenas a ser distinguido do universo total de candidaturas autodeclaradas indígenas junto ao TSE. Além dessas

referências acima; o autor faz uma referência em apartado da atuação da APIB, que apoiou declaradamente 30 candidaturas, elegendo 02 em um total de 172. Importam salientar que segundo o autor, no rol dos eleitos nas eleições de 2022, colocaram o Capitão Assunção, e a Índia Arme-lau, do RJ, como “conquistas indígenas” ao cargo de deputado estadual em 2022. A meu ver, embora conste na listagem do TSE, como candidaturas com vícios indígenas. Na minha avaliação empírica, não procedente o entendimento, uma vez que qualquer

pessoa pode colocar um nome indígena por fantasia ou apelido. Não há empecilho do candidato colocar um nome que ache que vai ganhar voto. Isso não significa porque a pessoa se fantasiou de uma coisa, ser aquela coisa. Na prática também: os movimentos indígenas desconhecem essas lideranças; E/ou não ter vinculação com as causas e defesas de identidades indígenas. O autor aponta ser difícil na arena de identidades indígenas; identificar quem realmente pertence e tem ligação com o movimento indígena e conclui.

Foto: Mauro Pimentel / AFP



[...] “Primeiro, a autodeclaração pura e simples como indígena (ou branco, ou negro, ou pardo) em termos burocráticos junto ao TSE poderia ser relativizada, desde que não tivesse consequências tanto no campo das políticas públicas (por exemplo, a possibilidade de implementação de cotas indígenas nas esferas e nos cargos disponíveis no campo eleitoral brasileiro) como no campo indigenista nacional e suas disputas ideológicas” [...] “Segundo, existem entre os somente autodeclarados indígenas junto ao TSE (portanto, que não têm vínculos étnicos reconhecidos nem apoio da APIB) candidatos ou eleitos simpáticos ou já comprometidos de alguma maneira com a causa indígena”.

[...] “Terceiro, as candidaturas e os mandatos conquistados por Sonia Guajajara (SP) e Célia Xakriabá (MG) associaram com muita felicidade e efetividade as quatro modalidades de legitimidade indígenas aqui identificadas e traduzidas de maneira analítica: burocrática, étnica, política e territorial. [...] “Quarto, vale reforçar o que já foi dito em outro lugar: se todas as candidaturas apoiadas pela APIB foram identificadas como detentoras de vínculos étnicos reconhecidos (pelo menos nessas eleições), o contrário não é necessariamente verdadeiro. “Por exemplo, das seis candidaturas Wapichana (RR) lançadas em 2022 apenas duas eram apoiadas pela APIB; e, das cinco candidaturas Guajajara (MA) lançadas este ano, apenas duas tinham o apoio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil”. [...] “Quinto, a histórica e já diagnosticada fragmentação de candidaturas indígenas costuma ser fator decisivo para o insucesso eleitoral, não só nas de base étnica na esfera municipal, como nos outros níveis (estadual e federal).”Sexto, o importantíssimo movimento de partidos políticos, como REDE, PSOL e PDT, que tiveram a maioria das candidaturas indígenas por eles lançadas vinculadas etnicamente, o que parece confirmar uma interlocução mais consistente entre lideranças e instâncias partidárias (no caso da REDE e do PSOL, isso é evidenciado pelo fato de lideranças indígenas de base étnica, territorial e apoiadas pela APIB estarem atuando dentro da estrutura partidária há alguns anos); “Sétimo, Marcos Apurinã teve 18.403 votos a deputado federal (DC) em 2018 e 7.556 a estadual (PSC) em 2022. Junto com a exuberância das votações obtidas ao cargo de deputado federal pelas duas candidatas eleitas pela “Bancada do Cocar” (Sonia e Célia) neste ano, o histórico das eleições de Juruena e Joenia, e o fato de nunca um indígena ter sido eleito deputado”. “Oitavo, devido ao amplo questionamento por parte dos Wajãpi, etnia indígena do Amapá, sobre os vínculos étnicos de Silvia Nobre Lopes, eleita deputada federal por aquele estado, seria mais coerente com a argumentação aqui empregada que ela tivesse sido classificada no universo da tipologia apresentada”. [...] “Nono, reafirmo a importância de, simultaneamente, distinguir e associar as três principais modalidades de legitimidade indígena que conformam a tipologia aqui apresentadas: a burocrática, a étnica e a política — a quarta, a “territorial”, é algo a ser mais bem desenvolvido, pois implica em outro tipo de controvérsia.³⁰ Décimo, a fragmentação de candidaturas indígenas tem implicado diretamente na taxa de sucesso ou de fracasso na conquista de mandatos, fato demonstrado em processos eleitorais municipais”. Por fim, o autor encerra dizendo que muito mais do que a tipologia apresentada das candidaturas indígenas, o mais importante é a participação indígena em processos eleitorais.

ATIVISTAS INDÍGENAS

As ativistas indígenas: BRAULINA BANIWA; JOZILÉIA KAINGANG; KEILA GUAJAJARA | PUYR TEMBÉ. Em: “CORPOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS MULHERES E PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA NO BRASIL”. Sustenta que os indígenas movidos por parentescos e laços de amizades com propósitos bem definidos; Os povos indígenas narram suas trajetórias, luta, resistência em defesa da demarcação dos territórios, principalmente quando se refere a indígenas mulheres do bioma brasileiro. Para elas a melhor definição são as ‘Mulheres Sementes’:

Foto: Victoria Franco / CTI





[...] “Se constituiu uma rede de potencialidades das indígenas brasileiras na frente de representação política de mobilização e articulação. Por isso, a ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) se organiza a partir da compreensão do corpo território de Mulheres Terra, cofundadoras da rede; Mulheres Raízes, que estão no chão do território articulando a rede para dentro das bases a partir de seus saberes e fazeres; Mulheres Sementes, que articulam e organizam nossas mobilizações nos estados; e Mulheres Água, que atuam nas articulações e construções para além do território brasileiro”. [...] “Falar sobre a nossa participação na política no ano de 2022 é memorar a árdua caminhada ao lado dos nossos caciques e cacicas, em sua maioria líderes homens com pouca incidência de mulheres. A nossa caminhada é longa.[...] “Nós, as Mulheres Terra, somos as revolucionárias indígenas no processo de fazer incidência e ecoar nossas vozes em diversos espaços. Seríamos as feministas indígenas? Não, não somos, somos caminhos para acesso à democracia, a ter voz e fala nos espaços nunca antes ocupados, seja por não falarmos português ou por não sermos mulheres com profissões, mas chegamos e estamos em luta diária para que nossos corpos sejam respeitados. [...] “Quando pensamos em nosso corpo território indígena, é necessária uma reflexão para além do que entendemos comumente sobre um corpo. Nós, indígenas mulheres, nascemos em um lugar que se constrói a partir de um ambiente, de um bioma. Então, quando a gente fala de corpo território, estamos falando que nós carregamos heranças ancestrais e espirituais nos nossos corpos e, além das heranças, carregamos a sabedoria coletiva dos nossos povos, das indígenas mulheres. [...] “Durante a II Marcha das Mulheres Indígenas, com o tema “Reflorestando Mentes para a Cura da Terra”, realizada em Brasília, de 7 a 11 de setembro de 2021, os corpos territórios indígenas demarcaram a maior mobilização e participação de todas as gerações de mulheres indígenas ao ecoar vozes, enfrentando discriminação e violência”.

Ainda sobre a participação das mulheres representadas pela APIB, os corpos territórios biomas protegidos com políticas públicas, dizem as protagonistas: Construídas por nossas vozes, falas e escritas. Construimos a partir das falas de muitas de nós: “Nada sobre nós, sem nós”. E possível encontrar na fala auto referenciadas de Sonia Guajajara; Celia Xacriabá; Keyla Francis o presente e o contemporâneo da militância indígena:

[...] “A diversidade que existe no Brasil precisa ser refletida na política. Precisamos nos conectar com o Brasil profundo, dos quilombolas, dos indígenas, das mulheres. Nós, indígenas,

sabemos o que é ser ignorado dentro do próprio país. Sabemos o que não é ser enxergado dentro das cidades, ser visto como exótico, como alguém que deveria estar no mato. E sabemos que nós não somos os únicos invisíveis na cidade (Sonia Guajajara, 2018). [...] “Celia Xacriabá: estamos entre o chão da aldeia e o chão do mundo. Para início dessa discussão, consideramos importante lembrar o processo narrativo da presença dos corpos territórios das mulheres, que começa a caminhar a passos lentos. Sonhamos com a bancada do cocar para ter uma frente parlamentar somente de mulheres. Não sabemos quando esse sonho será completo,

talvez nunca, mas estamos no caminho de construção”. [...] “Segundo a parenta Pataxó Keyla Francis de Jesus da Conceição (2019); a presença das mulheres indígenas na arena política tem complexificado a configuração de identidades étnicas e de gênero no contexto atual do movimento indígena. Neste processo, reestruturaram as estratégias de representação política e almejam o diálogo com os diversos segmentos (obtido conhecimento do mundo não indígena) para, deste modo, viabilizarem suas demandas num campo de interesses e universos simbólicos distintos (SACCCHI, 2003, p. 103)”.

Foto: Divulgação



SEM CONTAR COM OUTRAS LIDERANÇAS INDÍGENAS REPRESENTATIVAS DE IMPORTÂNCIA IMPAR:

Foto: Evandro Pereira



[...] “Nanci Potiguara, ou Nanci Cassiano Soares, eleita a primeira prefeita indígena do Brasil, em 1992, no município de Baía da Traição (PB), e Claudécir da Silva Braz, a Cal Cacique, eleita vereadora em 2008 pelo município de Rio Tinto, também na Paraíba. Existe, também, Érika Negarottê, do povo Nambiquara (MT), candidata eleita ao cargo de vereadora pelo município de Comodoro, na fronteira com a Bolívia, que recebeu destaque na eleição de 2016 por ser mulher indígena e a mais jovem parlamentar do seu estado. Ela foi eleita pelo PRB (atual Republicanos) com 264 votos, e tinha apenas 18 anos de idade na época. Na eleição de 2020, no município de Florianópolis (SC), a liderança indígena e Mulher Terra

Joziléia Kaingang se elegeu covereadora em um mandato coletivo, sendo a primeira pessoa indígena a ocupar o parlamento nesse município”. [...] “Também em 2018 tivemos um salto importante na representatividade nos espaços de poder, pois tivemos Joenia Wapichana eleita por RR, a primeira indígena mulher eleita deputada federal, lembrando sempre de conciliar nossas 111 discussões dialogadas e construídas no ambiente democrático, pois consideramos que somente com nossas participações ativas podemos garantir colocar nossas pautas específicas vinda de nossos territórios”.

Neste sentido a APIB, foi importante para Demarcar o Campo das Eleições em 2022, iniciando a materialização do processo de construção coletiva para participação dos povos indígenas na política.

[...] “Em 2020, a APIB fez um “chamado”, lançado em seu site — “EM 2020 VAMOS DEMARCAR AS URNAS” — e articulado com as bases regionais que compõem a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (@apiboficial). Ali foram apresentadas as candidaturas para as eleições de 2020 com a Campanha Indígena (@campanhaindigena). [...] “Foi a primeira vez que se organizaram ferramentas e equipes indígenas para realizar esse trabalho, pois o movimento sempre se colocava contra a política partidária. Para a coordenação da campanha foi um marco histórico ampliar a participação das nossas parentas e dos nossos parentes nos poderes Legislativo e Executivo em todo o país, incentivando, vendo suas fotos e entrando nos dados de um site indígena. A campanha chegou a mais de 100 candidaturas apresentadas, dos mais diversos perfis, com uma pauta em comum: a defesa dos direitos dos povos indígenas. Na plataforma <https://campanhaindigena.info/> é possível conhecer as candidatas e os candidatos apoiados e visualizar um panorama geral das 2.177 candidaturas indígenas que disputaram as eleições em todo o Brasil”. [...] “A força das mulheres originárias marcou o quinto dia do Acampamento Terra Livre 2022, fazendo quem estava por perto dançar, cantar e compreender a potência das mulheres indígenas. Com o tema “Nossas Vozes Ancestrais Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, mulheres de todas as regiões do país compartilharam, no palco principal do acampamento, suas vivências, seus conhecimentos e a ambição de alcançar espaços na política institucional”

A participação política do movimento feminino indígena cresce na maioria dos países do mundo. As candidaturas de mulheres indígenas foram registradas em 26 dos 27 estados da federação, além do Distrito Federal. Finalizando, conclui-se:

[...] “O número de candidaturas indígenas femininas quase triplicou em duas eleições, passando de 29 em 2014 para 85 em 2022, segundo registro do sistema do TSE. Naquele ano, elas representavam 0,36% do total de 8.123 candidaturas femininas. Este ano, elas somam 0,86% do total de 9.890 mulheres candidatas”.

"UM CHAMADO DOS POVOS INDÍGENAS PARA SUPERAR A SUB-REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL"

Foto: Arquivo Pessoal



Para SAMARA PATAXÓ. “UM CHAMADO DOS POVOS INDÍGENAS PARA SUPERAR A SUB-REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL”. Para ela, o ano de 2022, foi um ano marcante para ser lembrado por muitos e muitos anos. No seu entender: Não há do que se falar de atraso com a eleição da extrema direita e a volta do estado autoritário. A Democracia venceu: [...] “Fatos importantes que nos conduziram ao Estado Democrático de Direito que temos atualmente puderam ser lembrados e/ou celebrados em nossa história, tais como: os 200 anos da independência do Brasil, os 34 anos da promulgação da nossa Constituição Federal (que marca o maior período de estabilidade democrática do país), e, ainda, os 90 anos da criação da Justiça Eleitoral e da conquista do voto feminino”. [...] “Embora seja comum ouvirmos manifestações no sentido de que as eleições são a “festa da democracia”, convém refletirmos que se o alicerce da democracia é o povo, então o convite para participar desta “festa” se dá

através do voto, é por meio dele que as convidadas e os convidados manifestam suas vontades e encontram um lugar à mesa para se servirem do banquete democrático. No entanto, por muito tempo esse direito esteve apenas disponível para alguns, ou seja, nem todos estavam, de fato, aptos e convidados a integrar a “festa”, mesmo que o Código Eleitoral instituído em 1932 já tenha nascido com uma proposta de igualdade, ao reconhecer às mulheres o direito ao voto (art. 2º, Decreto nº 21.076/1932). O fato é que, ao longo destas nove décadas, outros grupos sociais também precisaram intensificar suas lutas para exercer o direito ao voto, bem como o de ser votado.[...] “O primeiro diz respeito ao esforço do Estado em regulamentar a situação jurídica dos

indígenas e de suas comunidades de forma a consolidar a política integracionista, o que culminou na edição da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, também chamada de “Estatuto do Índio”[...] “Inclusive, no Título II, que trata dos “Direitos Cívicos e Políticos”, o Estatuto dispõe: Art. 5º. Aplicam-se aos índios ou silvícolas as normas dos artigos 145 e 146, da Constituição Federal, relativas à nacionalidade e à cidadania. Parágrafo único. O exercício dos direitos cívicos e políticos pelo índio depende da verificação das condições especiais estabelecidas nesta Lei e na legislação pertinente. (Grifo da autora)”. [...] “mesmo ainda estando limitados pela política integracionista e pela tutela, bem como no contexto de uma ditadura civil-militar, os povos indígenas

começaram a fazer articulações entre diferentes povos e regiões, dando início à construção de uma agenda de luta em comum — o que atualmente conhecemos como “movimento indígena”, que, nas palavras de Gersem Baniwa (2006), pode ser definido como “o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos”, tendo como característica central “um esforço conjunto e articulado de lideranças, povos e organizações indígenas objetivando uma agenda comum de luta, como é a agenda pela terra, pela saúde, pela educação e por outros direitos” (BANIWA, 2006, p. 59)”.

Analizando Samara Pataxó: A mesma nos pondera: o importante para o movimento indígena é ‘Aldear a Política’ através do Chamamento dos Povos Indígenas: [...] “E os efeitos desses acúmulos históricos recaem de forma desproporcional sobre parcela significativa da população, principalmente sobre os corpos indígenas, negros e femininos. Ainda que tais grupos sociais em algum momento tenham lutado e vivenciado conquistas de direitos que marcaram e são frutos de suas trajetórias de militância e resistência, muitas vezes tais conquistas demoram ou não se consolidam no campo da efetividade, com capacidade suficiente para transformar tal realidade histórica”. [...] “É importante destacarmos que, quando falamos sobre os óbices para a participação indígena no processo eleitoral, isso deve ser compreendido em suas duas dimensões: a capacidade eleitoral passiva e a ativa”. [...] “Em que pese tais dificuldades, os povos indígenas têm se empenhado cada vez mais tanto para adentrar na política partidária como para propor e promover mudanças no processo eleitoral, de forma a atender suas especificidades e amenizar as desigualdades”.

“VAI TER MENIRE MEBÊNGÔKRE NA POLÍTICA”

Foto: Bepjêreti Kayapó



A liderança indígena TERESA HARARI. Narra a Luta Maial Kaiapó: “VAI TER MENIRE MEBÊNGÔKRE NA POLÍTICA”: HISTÓRIAS E REFLEXÕES SOBRE A CAMPANHA POLÍTICO-PARTIDÁRIA DE MAIAL KAIAPÓ PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS NO ESTADO DO PARÁ. Abrindo o diálogo Tereza Harari, nos traz a narrativa da Liderança Paulinho Paiakan. Um dos principais nomes do movimento indígena brasileiro, que ficou conhecido por lutar pela inclusão dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988. Segundo Harari: “Mesmo sob protestos de parentes mais velhos, meu pai sempre nos incentivou a estudar e acompanhar as discussões das lideranças. Lembro de uma vez que ele me deu o microfone e disse “agora você vai representar as crianças”.

[...] “Paiakan. Um dos principais nomes do movimento indígena brasileiro, ficou conhecido por lutar pela inclusão dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988. Por décadas, trabalhou na Fundação Nacional do Índio (Funai), onde ensinou o órgão indigenista a compreender os povos indígenas e ensinou os indígenas a compreender como poderiam se relacionar com o Estado. Desde cedo, a liderança Kayapó motivou suas filhas a darem continuidade à sua luta. As três aprenderam português e inglês; formaram-se em serviço social, direito e biomedicina e sempre participaram do movimento indígena. Contaminado pela Covid-19, Paiakan faleceu em junho de 2021, seis meses antes de a vacina chegar às aldeias indígenas no Bra-

sil”.[...] “Meu pai sempre falou para mim e para minhas irmãs que ainda éramos jovens e tínhamos muito o que aprender. Nesse dia [no hospital], ele me disse algo novo e que eu nunca vou esquecer; que já estava preparada e que tinha que lutar”. [...] “Não por acaso, na eleição de 2022, Maial Paiakan Kaiapó candidatou-se a deputada federal pelo estado do Pará. Maial é a terceira filha de Paulinho e Irekran Paiakan e foi a primeira Kayapó a concluir uma graduação, formando-se em direito em 2015. Profissionalmente, atuou na defesa dos direitos dos povos indígenas na Funai e na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Em 2020, assessorou a deputada Joenia Wapichana, primeira mulher indígena eleita no Congresso Nacional.

Quando conheci Maial, em março de 2022, faltavam poucos meses para ela concluir seu mestrado em direito na Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua irmã mais velha, seria inicialmente a candidata. Mas ela engravidou, e a comunidade chegou a um consenso de que seria melhor que Maial assumisse o desafio. Na ocasião, ela me disse: “Foi um pedido do meu povo. E, no meu povo, não negamos nunca um chamado de luta”. Assim, Maial suspendeu seus estudos para navegar nas águas turvas do sistema eleitoral brasileiro. Eu, também às vésperas de terminar o mestrado — sobre a inserção indígena na política partidária — acompanharia todo o processo.

Mesmo assim Teresa Harari continuou a luta para acompanhar Maial, onde pode compreender as peculiaridades de uma campanha indígena e aprofundar o entendimento sobre a inserção indígena na política partidária e as desigualdades para se posicionar como ‘autoridade intelectual’. “Com ouvidos, olhos e coração abertos, o objetivo é repensar perguntas e não respostas”. E assim começou a campanha:

Foto: NAILANA THIELY



[...] “Em março de 2022, iniciamos o trabalho de pré-campanha. O plano era montar a estratégia levando em consideração o contexto político e social do estado do Pará, uma análise sobre o histórico de votação do partido, o perfil da Maiaal e identificarmos eleitores, suas necessidades e percepções. Com essas informações, poderíamos planejar as ações e a mensagem central, adequando atividades ao orçamento, ao tempo e à dimensão da campanha. Mas essa tarefa já não era tão simples. De um lado, era preciso mobilizar os votos indígenas. [...] “Sabíamos, também, que os votos indígenas não seriam suficientes para eleger Maiaal. Era preciso mobilizar não indígenas que se identificassem com seu perfil. Mapeamos jovens, estudantes, mulheres e ambientalistas que se encontravam nas maiores cidades do Pará. Buscamos

compreender as complexas dinâmicas partidárias. Maiaal optou pela Rede Sustentabilidade, partido criado em 2013 a partir da mobilização de ambientalistas. A escolha pela Rede foi por conta da proximidade com Marina Silva, uma das fundadoras do partido, e Joenia Wapichana. [...] “O que fomos descobrir, ao longo dos meses seguintes, era que o “xadrez político” não era simples. Se a nível nacional a Rede abraçava a candidatura da Maiaal, no estado do Pará ela não era tão bem-vinda. Insistentemente, ouvimos que ela não tinha chances e que deveria candidatar-se para deputada estadual. Em diversos momentos, ficou patente o desconhecimento e a negligência por parte de alguns dirigentes partidários sobre a realidade dos povos indígenas no estado. A ausência de transparência e de processos claros de to-

mada de decisão no partido agravava a situação.[...] “Sem uma estrutura partidária para nos ajudar, entendemos que era preciso caminhar com nossas próprias pernas. Tínhamos que provar não apenas a importância de uma candidatura indígena no Pará, mas também o potencial de voto da Maiaal. Nas viagens pelo estado, conversamos com organizações e lideranças diversas. Maiaal se apresentava e reforçava a importância de uma representação do povo no Congresso Nacional, mas o principal era a escuta. Com o tempo, aprendi que sua escuta ia além da capacidade auditiva. Maiaal não dialogava apenas com aliados e parceiros reconhecidos, mas também com “o outro lado”. Para Maiaal, não existia diálogo se você não estivesse disposto a ouvir e tentar compreender o outro, mesmo que parecesse abjeto e repulsivo.



Foto: Nailana Thiely

Dá diz Tereza Harari: Para a campanha eleitoral na ação prática, e em áreas eleitorais adversas, violentas, passamos adentrar?

[...] “No dia 4 de junho, encontramos com amigos e ativistas na orla de Marabá, no sul do Pará, considerada uma das cidades mais violentas do país (CERQUEIRA et al., 2021). “Estamos em guerra. A partir de agora, nessas eleições, tudo pode acontecer”, foi o que escutei naquela noite. Chegando ao hotel, ficamos sabendo na notícia do recém desaparecimento de Bruno Pereira e Dom Phillips, no Amazonas. Ambos eram profissio-

nais reconhecidos em suas áreas e trabalhavam pela defesa dos povos indígenas e seus territórios. No dia seguinte, sem trocar muitas palavras, fomos para Parauapebas, cidade que também integra as piores posições no ranking da violência (CERQUEIRA et al., 2021); Chegamos por volta das 15h e saímos a pé para buscar algo para comer. Senti medo. Até então, por ingenuidade, empolgação e, principalmente, a soberba de uma sudes-

tina branca, andava com a confiança de que nada ia acontecer com a gente. Já Maiaal vivenciava desde sempre a violência contra o corpo indígena. Ela me disse que olhares hostis não eram novidade e tampouco restritos àquela região. Reconheci a existência da branquitude e os benefícios que o racismo estrutural me proporcionava naquelas circunstâncias”.

COM RELAÇÃO AO MEDO. CONTAM-NOS TERESA HARARI, ALGUNS SEGREDOS DE QUEM ESTÁ EM LUGAR ESMO, ESCURO EM CONFLITO?

[...] “Chegamos por volta das 15h e saímos a pé para buscar algo para comer. Senti medo. Até então, por ingenuidade, empolgação e, principalmente, a soberba de uma sudestina branca, andava com a confiança de que nada ia acontecer com a gente. Já Maiaal vivenciava desde sempre a violência contra o corpo indígena. Ela me disse que olhares hostis não eram novidade e tampouco restritos àquela região. Reconheci a existência da branquitude e os benefícios que o racismo estrutural me proporcionava naquelas circunstâncias”. [...] “Normalmente, protocolos de segurança em áreas de conflito incluem não fazer publicações em redes sociais, andar com vestimentas neutras e ter um ponto de contato acompanhando cada movimentação. Mas como adaptar tais protocolos a uma campanha eleitoral? Como preservar Maiaal e todas as pessoas envolvidas? Muitas vezes, ela apontava a necessidade de ter mais pessoas nos acompanhando, mas como lidar com a escassez de recursos? Pouco tempo depois, uma liderança indígena constantemente ameaçada questionou-me sobre a campanha eleitoral: “Como você pensa em fazer mobilização de base no meio de uma guerra?”. Sem respostas para essas perguntas, buscamos seguir viajando com mais cautela”.

Após passados por todas as intempéries da vida, a Campanha tem início. A campanha começou no dia 16 de Agosto na cidade de Redenção, a 905 km da capital paraense.

[...] “Sem o recurso prometido pelo partido, cobrimos os gastos iniciais, aluguel de carro e combustível, com financiamento coletivo. Na companhia de Tania Maiaal passou a primeira semana visitando algumas cidades e aldeias da região. Escolher quais comunidades visitar era uma questão delicada. Maiaal insistiu em começar a campanha perto de seus parentes e amigos. Eu, por outro lado, achava que esses eram “votos garantidos” e que precisávamos aproveitar o pouco recurso para dialogar com demais aldeias. Mas logo vi que estava errada, afinal, nada em eleição é garantido”. [...] “O povo Kayapó é conhecido por sua ampla articulação política. Nos anos 1980 e 1990, tornaram-se célebres na mídia nacional e internacional pela mobilização em favor de seus direitos e demarcação de suas terras. No entanto, a experiência com a política partidária é um fenômeno recente. Em 2022, pela primeira vez protagonizariam uma disputa para o Congresso Nacional e era fundamental esclarecer as regras do jogo”.

Foto: Divulgação



Foto: Victor Moriyama/ISA

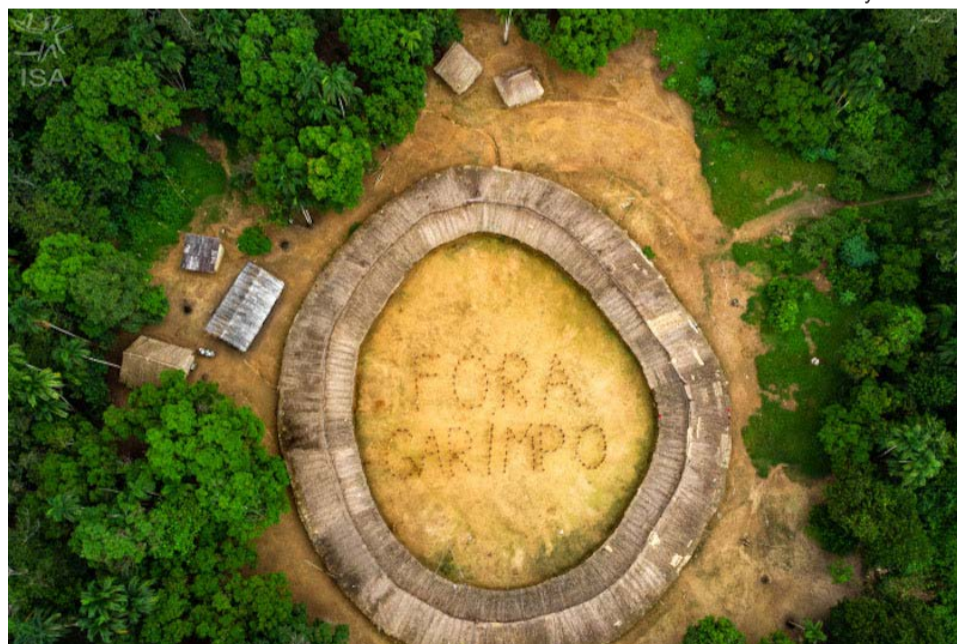


Foto: Chico Batata / Greenpeace



POR FIM AS ELEIÇÕES CHEGARAM A FINAL

[...] “O dia da eleição foi de muita ansiedade. Não havia pesquisas de intenção de votos para além da região metropolitana de Belém. Sabíamos que era difícil competir com nomes consolidados da política local e com o clientelismo. Enquanto isso, parentes de todo o estado mandavam fotos das colinhas eleitorais e mensa-

gens entusiasmadas: “Nossa aldeia é 100% Maia! Kaiapó!”. Poucas horas depois do fim da votação veio o resultado: Maia! conquistara 6.639 votos, número bem abaixo de Vivi Reis, o primeiro nome da federação, com 53 mil votos. Ainda assim, a aliança entre os partidos Rede e PSOL não atingiu o quociente eleitoral, isso é,

o mínimo de votos para conquistar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Dos 30 nomes representantes da bancada do cocar, apenas dois foram eleitos: Sonia Guajajara, em São Paulo, e Célia Xakriabá, em Minas Gerais”.

Resumindo, Teresa Harari em sua Análise Conclusiva, disse ao acompanhar a trajetória eleitoral de Maia! “pude perceber o trânsito entre a política dos brancos e a política indígena, conhecendo fronteiras que dividem e conectam modos e mundos”. Para Harari, Uma das principais dificuldades, “diz respeito à insuficiência de recursos para fazer campanha, sobretudo considerando os altos custos envolvidos nos deslocamentos na região”. E assim finaliza:

[...] “Ainda assim, podemos observar que uma das razões para a disparidade de recursos entre candidaturas indígenas e não indígenas não está nas doações de pessoas físicas, mas na distribuição do fundo eleitoral. A atribuição de verbas para os partidos decorre do número de representantes que cada legenda tem no Congresso e nos votos que esses políticos receberam em eleições passadas. Partidos menores da oposição, que abrigam a maior parte de candidaturas apoiadas pelo movimento indígena, acabam recebendo menos recursos em comparação a

grandes legendas”.[...] “Em 2022, por exemplo, a Rede dispôs de R\$ 68,8 milhões e o União Brasil contou com R\$ 776,5 milhões para financiar seus candidatos. Em 2021, o Congresso aprovou uma política afirmativa na qual mulheres e negros eleitos teriam peso dois no cálculo da divisão desse fundo partidário para eleições futuras”.[...] “Nestas eleições, seguindo a tendência dos últimos anos, a participação indígena na política partidária brasileira aumentou significativamente, com considerável elevação do número de indígenas candidatos e eleitos. Uma das explicações para

esse fenômeno é o chamado “efeito Joenia”. Isso é, a percepção, a partir da eleição de Joenia Wapichana em 2018, de que os indígenas podem e devem ocupar os espaços políticos (HARARI, 2022). Nessa linha, podemos sonhar com o “efeito Maia!”? Só saberemos a resposta para essa pergunta nas próximas eleições. O certo é que, durante a campanha, acompanhamos muitos parentes se apropriarem das regras do jogo eleitoral. Essa experiência, mesmo que fragmentada, é o primeiro passo para um movimento mais amplo de ocupação das instituições políticas”.

Foto: Divulgação



“MOMENTO RUPTURA E O PROTAGONISMO INDÍGENA NAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS”

Foto: Divulgação



Concluindo diz RICARDO VERDUM, analisando o “MOMENTO RUPTURA E O PROTAGONISMO INDÍGENA NAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS”; reflexões contida no Ensaio de grande importância para o futuro da militância indígena: [...] “São reflexões preliminares, parte de um estudo mais amplo que desenvolvo com foco no protagonismo indígena na política institucional brasileira e seus efeitos. Elas estão orientadas por duas hipóteses: a primeira é de que a última década pode ser caracterizada como um novo momento ruptura, em que se romperam mais algumas amarras do regime tutelar do Estado nacional sobre os povos indígenas”.[...]

“Uma evidência do que estou chamando de momento ruptura vejo no crescente protagonismo de intelectuais indígenas egressos de cursos de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior na última década,² que, orientados política e ideologicamente no sentido da defesa e na promoção dos direitos indígenas no país, e agindo de forma articulada e orgânica com organizações e movimentos de base indígena regionais e nacional — especialmente a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e organizações associadas —, foram nos últimos cinco anos agentes-chave no enfrentamento de forças sociais e políticas antidireitos indígenas em diferentes espaços institucionais da República burguesa brasileira — nos poderes Judiciário e Legislativo federal, e em menor proporção no Exe-

cutivo”.[...] “Um exemplo deste momento ruptura vislumbro na escalada ascendente do número de candidatos e candidatas originários de povos indígenas concorrendo aos cargos eletivos da política institucional brasileira, ao Poder Legislativo. Um exemplo deste momento ruptura vislumbro na escalada ascendente do número de candidatos e candidatas originários de povos indígenas concorrendo aos cargos eletivos da política institucional brasileira, ao Poder Legislativo”. [...] “Por fim, mas não menos importante, lembro que em 2019 foi criada a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, sob coordenação da advogada e deputada federal Joenia Wapichana. Repito aqui o que afirmei em trabalho anterior, que, entendo, segue válido e estratégico para a análise e compreensão deste momento rup-

tura: a eleição de 2018 foi, ao mesmo tempo, fonte de grandes riscos e ameaças e geradora de oportunidades políticas significativas para os povos indígenas.[...] “Por fim, em 24 de fevereiro de 2022, durante a cerimônia de transmissão de cargo do ministro Luiz Carlos Barroso para o ministro Edson Fachin na presidência do TSE, foi anunciada a contratação da advogada indígena Samara Pataxó, então assessora jurídica da APIB, para atuar como assessora da Secretaria Geral da Presidência, à frente do Núcleo de Inclusão e Diversidade. Chego ao final deste ensaio com a esperança de que ele tenha sido suficientemente compreensivo e que tenha produzido ferramentas que auxiliem seu leitor na compreensão das transformações sociais e políticas que ocorrem nas sociedades indígenas no Brasil recente”.



Foto: Divulgação

DEU EM "SEU PAÍS" - CINCO SÉCULOS DEPOIS...

Deu em “Seu País” - Cinco séculos depois... POR [MAURÍCIO THUSWOHL - REPARAÇÃO](#) - Pela primeira vez na história os povos indígenas terão o poder de decidir sobre o seu próprio destino no País. Brasil após 522 anos de ausência dos povos indígenas nos processo decisório. A criação do inédito Ministério dos Povos Indígenas. Para THUSWOHL, a nomeação de duas reconhecidas lideranças – Sônia Guajajara e Joênia Wapichana – para os respectivos comandos do novo ministério e seu principal órgão executor, confirmou a promessa feita por Lula. Segundo ele: A integração da agora rebatizada Funai à nova pasta são os atos inaugurais de uma política que promete, nos próximos quatro anos, acelerar os processos de demarcação e homologação de novas Terras Indígenas (TIs). Como prioridade diz THUSWOHL, o presidente deve anunciar ainda este mês a homologação de 13 novas Terras Indígenas

Foto: Mohammed Salem/Reuters



[...] “As conversas com Lula que antecederam a sua nomeação ao MPI, Guajajara reforçou que a regularização fundiária das TIs é a pedra fundamental do novo ministério. Essa importância é ressaltada por Xakriabá: “O governo deverá avançar nos processos de demarcação, tendo em vista que a sua não realização é uma das maiores responsáveis pelos conflitos territoriais”, observa a deputada. Para o coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Kléber Karipuna, está dada “uma oportunidade de avançarmos, com toda a cautela necessária, na política de demarcação e proteção dos territórios indígenas, que está paralisada há mais de seis anos”. Ele resalta que existem TIs com seus estudos realizados e prontas para ser homologadas. “O movimento indígena quer colaborar para que

essa nova política saia do papel”. [...] “O principal desafio do órgão, avisa Wapichana, será “fortalecer direitos, principalmente no que diz respeito à demarcação de Terras Indígenas”. [...] “Melhorar a capacidade de demarcação, fiscalização e proteção das TIs por parte da Funai, é necessário recuperar o legado construído, especialmente, nos governos de 2003 a 2016”. [...] “Kléber Karipuna conta que a vinculação da Funai ao novo ministério, embora não consensual, foi amplamente debatida antes de ser aprovada no GT da transição. “A Apib defende essa integração por entender que uma das principais bandeiras de luta dos povos indígenas, a demarcação de terras, será objeto de um trabalho qualitativo e técnico, com antropólogos e outros especialistas, inclusive do próprio movimento indígena”, diz. Ele acrescenta que

“a vinda da Funai para o MPI é uma conquista que precisa ser trabalhada com responsabilidade, em conjunto com outros órgãos do governo, como, por exemplo, o Ministério da Justiça” [...] “Xakriabá: “Só foi decidido que a Funai ficaria com o MPI a partir de análises que garantiram a segurança jurídica, política e administrativa da mudança”. [...] “dígenas, janeiro verá também o início das ações para a retirada do garimpo ilegal das reservas. De maneira articulada, o Congresso Nacional e o MPI anunciarão o lançamento de duas campanhas nacionais – “Demarcação Já!” e “Fora Garimpo!” [...] “Outra medida ambicionada é a formação de agentes indígenas de saúde. “O governo estimulará programas de capacitação em todas as áreas de atuação, para que possamos garantir atendimento de qualidade”.

Concluindo a análise de THUSWOH: Para além do MPI e da Funai, os olhos dos povos indígenas estão voltados à atuação de Weibe Tapeba, também oriundo do movimento e novo titular da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde.

[...] “Há um risco grande de a saúde indígena entrar em colapso”, alerta Sônia Guajajara. Para evitar esse esgotamento, acrescenta Juliana Cardoso, será fundamental a reposição do orçamento do setor. “Isso se fará priorizando a reformulação dos contratos de trabalho dos profissionais e garantindo a participação e o controle social dessa população aos serviços de saúde. Trabalharemos para que os nossos povos originários tenham acesso irrestrito aos serviços públicos de saúde”.

Finalmente Finaliza dizendo:

[...] “A ausência da nova ministra, assim como a de Wapichana, é minimizada por Xakriabá: “A Bancada do Cocar não se dilui. “Ao contrário, ela está espalhada em outros espaços importantes”. A deputada diz considerar “fundamental o momento de ‘poder fazer’ proporcionado pela criação do MPI”, mas ressalta que a luta nas ruas não será abandonada: “Se as nossas vozes não forem suficientes do lado de dentro, vamos continuar convocando o movimento indígena do lado de fora”.

Foto: Divulgação



Foto: Sérgio Lima / AFP



Foto: : Phoyre Mekrãnotire



Foto: : Tutuu Atudjare



ANÁLISE CONCLUSIVA

No presente trabalho: A Participação dos Indígenas em Eleições & Organicidade em Política de Estado; busquei pra embasar os corpos teóricos: textos, artigos, que apontassem o cenário atual das eleições de 2018 à 2022; as perspectivas com a criação do Ministério dos Povos Indígenas em 2023, pós vitória do Lula sobre Jair Bolsonaro. Neste sentido, quando falo na participação política dos povos indígenas organizados: penso no engajamento dos quadros teóricos, militantes com representatividade atuando em partido político; movimentos institucionais organizado como ONGs, Movimento de Mulheres; Juventude; representação indígenas; militância em universidades e representatividade no parlamento e administração pública. Pelo que vimos no decorrer da militância indígena algumas coisas ficaram claras: A conquista do novo Ministério dos Povos Indígenas foi produto do amadurecimento da Luta do movimento indígena, a começar pela APIB a COIABE e outras organizações indígenas. Dentro da organicidade que o movimento indígena espera do MPI, destacamos: “Ter representatividade para tratar da Homologação de Terras Indígenas; Que garanta o respeito aos povos que não querem aproximação com o homem branco, como os [povos isolados](#); Gestão compartilhada com a FUNAI/SESAI/Meio Ambiente/Justiça/Parlamento e Executivo. Com relação aos povos isolado, Élcio Severino da Silva Manchineri, coordenador-executivo da Coiab, em entrevista no G1:

[...] “A Amazônia brasileira é o lugar do mundo com a maior concentração de populações indígenas em situação de isolamento. Exigimos que o novo governo federal reverta o legado de destruição deixado pelo anterior, que desmantelou as políticas indigenistas e os nossos direitos”. [...] “Nesse período, seis das dez terras com maior aumento no desmatamento no bioma eram de povos isolados: as terras indígenas Ituna/Itatá, Kayapó e Munduruku, no Pará, Yanomami, em Roraima e Amazonas, Piri-kura e Parque do Xingu, em Mato Grosso”. [...] “É preciso promover incentivos econômicos, fiscais e legais que estimulem a sociobioeconomia no entorno indígena ou não indígena dos territórios com a presença de isolados e, como pilar fundamental para assegurar o controle do desmatamento ilegal, a incidência de fogo e as violações dos direitos humanos dos povos originários e de seus territórios”.

Foto: Redes Sociais



Além da questão da defesa dos povos isolados, outro ponto importante e a nomeação do novo [Secretário de Saúde Indígena Weibe Tapeba](#), que vai administrar a SESAÍ. Segundo o que foi notícia na imprensa, Weibe disse que sua prioridade é Combater a desnutrição e a malária que assolam a Terra Yanomami, maior reserva indígena do Brasil. Que pretende declarar emergência sanitária e acionar a Força Nacional de Saúde para levar remédios:

[...] “Os indígenas têm sido assassinados pelos garimpeiros de forma direta, por causa de conflitos no local, mas também em resultado do garimpo: por causa de mercúrio no corpo, por falta de acesso à água potável, por desnutrição etc. E entender essas complexidades é fundamental para que a secretaria estabeleça seus serviços com qualidade”. [...] “A ideia da Força Nacional de Saúde é assegurar que esses insumos cheguem, pois no atual cenário as nossas equipes da Sesai se sentem inseguras e ameaçadas de desempenhar seu papel de assistência nas comunidades”.

[...] “Já com o gabinete de crise, a ser instalado em Brasília, a intenção é que ele tenha a participação de indígenas, como o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) dos Yanomamis, representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), para que a gente consiga formar uma instância de coordenação de estratégias especiais que estarão acontecendo nos próximos dias”.



Foto: Reprodução/@celia.xakriaba/Instagram



Para alcançar qualidade de vida e justiça aos povos da floresta, acompanho o entendimento da Deputada Federal MG Célia Xakriabá, quando a mesma diz que a receita para a conquista de direitos passa pela mobilização: “Voltamos para as ruas”. É bem emblemático as Ruas. Essa palavra “simbólica”, nos diz tudo: Pois com certeza a ala da extrema direita que está aí poluindo os rios em busca de ouro; destruição das floresta para venda de madeira; biopirataria; genocídio dos povos indígenas não vão parar só com a nomeação de quadros do movimento indígena na administração pública. É preciso engajamento da sociedade organizada; do movimento indígena na participação das políticas públicas. E para isso temos que defender pautas comuns defendidas pelos “verdes” como: a diminuição do efeito estufa pelo aquecimento global; maior participação da sociedade organizada em defesa clima; segurança alimentar; defesa da biodiversidade; já que se trata de interesse das nações de todo o planeta. A conquista de direitos ao território dos povos indígenas é uma conquista da humanidade. Pois os territórios mais preservados no presente nas Américas, são os territórios indígenas. Nossos irmãos da Diáspora Africana, também estão comemorando com a participação do [povo preto](#), com a nomeação de quadros importantes no Governo Lula: Dentre os novos Ministérios preto/indígena destacamos as nomeações: Sonia Guajajara, militante da causa indígena do povo Guajajara/Tentehar; nasceu na terra indígena de Araribóia, no estado do Maranhão, e faz parte uma das 100 pessoas mais influentes do mundo. Joenia Wapichana, inserida no ativismo desde o processo de luta pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, seu território de origem. Atuou como deputada federal durante os quatro anos do governo Bolsonaro como a única representante indígena no Congresso Federal; primeira representante dos povos originários eleita após uma lacuna de 36 anos. Na nova gestão: Será a nova presidenta da Fundação Nacional do Índio que foi renomeada como Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Margareth Menezes, ministra da Cultura do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o G1, Margareth também é embaixadora do Folclore e da Cultura Popular do Brasil pela IOV/UNESCO e umas das personalidades negras mais influentes do mundo reconhecidas pela Mipad 100, da ONU, em 2021. Aniele Franco, será ministra da Igualdade Racial, jornalista e ativista feminista e antirracista, ela cofundou o Instituto Marielle Franco após o homicídio da irmã, então vereadora no Rio de Janeiro, em 2018. Marina Silva, ministra do Meio Ambiente. A ambientalista já havia assumido o Ministério em 2003, quando Lula foi eleito pela primeira vez. Silvio Almeida, advogado, filósofo e professor. Um dos seus compromissos de governo, segundo a imprensa será: “diminuir a letalidade de jovens negros das periferias”; a criação de um programa de proteção aos defensores dos direitos humanos; e um plano nacional de proteção dos defensores de direitos humanos, especialmente os ambientalistas. Na posse ontem realizada em Brasília no dia 11/01/23, no Palácio do Planalto a ministra homenageou o indigenista Bruno Araújo Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips – que foram assassinados em uma expedição à região amazônica do Vale do Javari, no Amazonas, em junho de 2022. Destacamos o que [noticiou a imprensa](#) na fala de Sonia Guajajara:

[...] “Preciso destacar a força de Bruno Pereira e Dom Philips, em memória de quem saúdo todos os nossos aliados e aliadas defensores do meio ambiente e dos direitos humanos”. [...] “Sabemos que não será fácil superar 522 anos em quatro. Mas estamos dispostos a fazer desse momento a grande retomada da força ancestral da alma e espírito brasileiros. Nunca mais um Brasil sem nós”. [...] “Estamos nas cidades, nas aldeias, nas florestas, exercendo os mais diversos ofícios que vocês puderem imaginar. Vivemos no mesmo tempo e espaço que qualquer um de vocês, somos contemporâneos deste presente e vamos construir o Brasil do futuro, porque o futuro do planeta é ancestral”.

Entre os membros que compõe a nova equipe: Eloy Terena, secretário-executivo; Jozi Kaigang, chefe de Gabinete; Eunice Kerexu, secretária de Direitos Ambientais e Territoriais; Ceiza Pitaguary, secretária de Gestão Ambiental e Territorial Indígena; Juma Xipaia, secretária de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas; e Marcos Xucuru, assessor especial do ministério. Com relação a Aniele Franco argumentou: “A nossa posse aqui hoje, minha e de Anielle Franco, é o mais legítimo símbolo dessa resistência secular preta e indígena no Brasil”. Com relação ao momento histórico e político na atualidade, assim emendou Célia Xakriabá MG, deputada federal:

[...] “Esse ministério é novo, mas na verdade é ancestral. É fruto da luta. Quantas vezes estivemos do lado de fora [do Palácio do Planalto] levando bala de borracha? Estamos agora do lado de dentro. É o ministério da floresta, da terra”. [...] “Sônia também é te. Sônia é mulher que não se mede pela sua estatura, mas pela coragem e pela sua voz”. Sabedoria, é sonho, é sol, é semen-

Foto: Divulgação / Redes sociais



Aniele Franco [ministra da Igualdade Racial](#), tomou posse na mesma solenidade no dia (11/01) homenageou a irmã Marielle Franco, e assumiu o compromisso de exercer o cargo com "transparência, seriedade, técnica, combatividade, cuidado, respeito à trajetória e conquistas dos movimentos sociais e muita escuta:

[...] “O racismo merece um direito de resposta eficaz”. [...] “Não podemos mais ignorar ou subestimar o fato de que a raça e a etnia são determinantes para a desigualdade de oportunidades no Brasil em todos os âmbitos da vida. Pessoas negras estão sub-representadas nos espaços de poder e, em contrapartida, somos as que mais estamos nos espaços de estigmatização e vulnerabilidade”. [...] “Depois dos atentados sofridos por esta casa e pelo povo brasileiro no último domingo, pisamos aqui em sinal de resistência a toda e qualquer tentativa de atacar as instituições e a nossa democracia. O fascismo, assim como o racismo, é um mal a ser combatido em nossa sociedade”.

Foto: @ricardostuckert



Concluimos o presente trabalho com algumas demandas da [causa indígenas](#), e que foi objeto de apontamento pelo Conselho Indigenista Missionário, que merecem nossa reflexão nas bandeiras de Lutas que ainda virão:

Fortalecimento do órgão indigenista para que reassuma as demandas de demarcação, proteção e fiscalização das terras; Revogação dos obstáculos administrativos, a exemplo das instruções normativas 01/2022, 09/2020, a Resolução 04/2021 da Funai e o Parecer 001 da AGU; Governo ser explícito quanto à rejeição ao Marco Temporal e contra os projetos de lei que restringem direitos – PLs 191/2020, 490/2007 e PEC 215/2000; Retomar as demarcações de terras, com a criação de um amplo grupo de trabalho para analisar os procedimentos e identificar os encaminhamentos mais urgentes; Enfrentar e combater as invasões de terras por madeireiros, garimpeiros, grileiros, fazendeiros e outros; Romper com as práticas de exploração das terras por arrendamentos; Retomar as ações de controle social em todas as instâncias, especialmente nas políticas de atenção à saúde, educação e gestão territorial; Investir nas ações de assistência garantindo saúde, educação, habitação e sustentabilidade das comunidades; Garantir assistência e proteção aos indígenas em contextos urbanos; Enfrentar, nas reservas indígenas, as violências internas em função das disputas de poder e pela exploração das terras; Fortalecer, ou retomar, os programas de proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos; Enfrentar e combater a violência, especialmente contra as mulheres; Atenção prioritária às comunidades que estão em situação de retomadas ou em condições de acampamentos e submetidas às mais variadas formas de vulnerabilidade”.

Com relação a representatividade da bancada indígena, entendo que embora haja diferenças com relação a representatividade com relação a etnia, engajamento em organização social com vínculo ancestral. Esperamos uma atuação exemplar no parlamento e na administração pública. É o momento de comemarmos a vitória do presidente Lula, com as minorias representadas no jogo do poder. A pauta da reforma agrária; delimitação de territórios indígenas e quilombolas não vai ser dar “mamão com açúcar”. Vamos precisar está nas ruas para garantir os direitos subtraídos dos brasileiros nativos e da diáspora africana. E para isso é necessário discutirmos com profundidade a representação no congresso nacional, estabelecendo cotas raciais, garantindo representatividade das mulheres pretas e indígenas que são maioria no país. Para isso temos que garantir além da garantia do financiamento público para as campanhas eleitorais. Estabelecermos um percentual e quantitativo de representação que reflita a realidade do Brasil. Não precisamos ir longe, pois a maioria que estão nós representando [são milionários](#), e não estão lá pra nos representar. Entre os [513 deputados federais, 385 são brancos, ou 75%](#). “Isto significa que a cada quatro deputados há três brancos”. Muitos desafios ainda virão, e precisamos lutar para garantir a representatividade para aqueles que são sub-representações no Congresso Nacional. A começar pela defesa da Democracia, Intolerância Religiosa do povo preto, indígenas, e a xenofobia. Já está em andamento a propositura de Inquérito solicitado pela PGR, que inclui a Deputada Indígena Bolsonaroista Silvia Waiãpi, por incentivo e divulgação de vídeo das invasões com textos que estimulavam os ataques. Esperamos no momento muita serenidade. E nunca é tarde para reafirmarmos defendemos: A Qualidade de Vida; O Meio Ambiente, o Estado Democrático de Direito e Democracia Sempre.

Foto: Divulgação

